Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

RESOLUÇÃO N.º 383

Fixa o número de vereadores de cada município do Estado de Mato Grosso do Sul, relativamente ao pleito proporcional de 2008, visando à preservação da escolha e registro de candidatos para inserção obrigatória no Sistema de Candidatura – CAND (Resolução TSE n.º 22.717/08, art. 34), e dá outras providências.

O egrégio **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL**, usando das atribuições que lhe confere o art. 30, inciso XVI, do Código Eleitoral, bem como o art. 21, incisos VIII e XXX, de seu Regimento Interno, e, ainda,

Considerando que os cartórios eleitorais responsáveis pelo registro de candidaturas utilizarão obrigatoriamente o Sistema de Candidaturas – CAND desenvolvido pelo Tribunal Superior Eleitoral (art. 34 da Resolução TSE n.º 22.717/08), que será alimentado pelo número de cadeiras de cada Poder Legislativo Municipal para efeito de cálculo dos quocientes partidário e eleitoral;

Considerando que a uniformidade e unidade dos procedimentos eleitorais é característica peculiar dos órgãos judiciários da Justiça Eleitoral, sendo essencial compreender que o processo eleitoral é tipicamente administrativo, e o que o singulariza é a unicidade do órgão administrativo executor e do órgão judiciário incumbido do seu controle judicial;

Considerando a necessidade de determinar, de forma uniforme, o número de mandatos que serão objeto do pleito proporcional do corrente ano, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, visando à preservação da escolha e registro de candidatos;

Considerando os parâmetros de fixação do número de vereadores a eleger segundo a população de cada município, conforme a Resolução TSE n.º 21.702/04, a qual foi editada em conformidade com a orientação ditada pelo Supremo Tribunal Federal a partir do julgamento do Recurso Extraordinário n.º 197.917/SP, traduzindo manifestação interpretativa de caráter definitivo do art. 29, inciso IV, da Constituição Federal;

Considerando que a fixação do número de vereadores de cada município deste Estado expressa parâmetro aritmético proporcional com a respectiva população, conforme dispositivo constitucional acima citado, sem configurar excesso do poder de regulamentar, mas traduz observância estrita aos princípios constitucionais da

Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

RESOLUÇÃO N.º 383

razoabilidade, moralidade, impessoalidade e economicidade dos atos administrativos, bem como atende à realidade dos municípios;

Considerando que a edição da presente resolução nada afeta o lapso temporal-limite para a sua aplicação, pois precede o prazo final da realização das convenções de escolha de candidatos e definição das coligações partidárias (Resolução TSE n.º 22.556/07) e, ainda,

Considerando a estimativa populacional dos municípios deste Estado divulgada em 2007 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (*DOU* de 05.10.2007),

RESOLVE:

Art. 1.º Para as eleições municipais de 2008, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, a fixação do número de vereadores a eleger em cada município observará os parâmetros estabelecidos na Resolução TSE n.º 21.702/04, conforme os critérios declarados pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário n.º 197.917/SP, observando-se, conforme a tabela abaixo, a proporcionalidade da população de cada município de acordo com a estimativa divulgada em 2007 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (*DOU* de 05.10.2007):

ORDEM	MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO	N.º DE VEREADORES
01	Água Clara	13.181	9
02	Alcinópolis	4.299	9
03	Amambai	33.396	9
04	Anastácio	22.382	9
05	Anaurilândia	8.380	9
06	Angélica	7.253	9
07	Antônio João	8.318	9
08	Aparecida do Tabuado	19.823	9
09	Aquidauana	44.904	9
10	Aral Moreira	9.224	9
11	Bandeirantes	5.843	9
12	Bataguçu	18.679	9
13	Bataiporã	10.559	9
14	Bela Vista	22.912	9
15	Bodoquena	8.201	9
16	Bonito	17.275	9

Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

RESOLUÇÃO N.º 383

17	Brasilândia	12.154	9
18	Caarapó	22.705	9
19	Camapuã	13.193	9
20	Campo Grande	724.638	21
21	Caracol	5.095	9
22	Cassilândia	20.934	9
23	Chapadão do Sul	16.194	9
24	Corguinho	4.176	9
25	Coronel Sapucaia	13.912	9
26	Corumbá	96.343	11
27	Costa Rica	18.273	9
28	Coxim	31.797	9
29	Deodópolis	11.263	9
30	Dois Irmãos do Buriti	9.336	9
31	Douradina	4.900	9
32	Dourados	182.747	12
33	Eldorado	11.947	9
34	Fátima do Sul	18.873	9
35	Figueirão	3.280	9
36	Glória de Dourados	9.646	9
37	Guia Lopes da Laguna	10.182	9
38	Iguatemi	14.624	9
39	Inocência	7.339	9
40	Itaporã	18.525	9
41	Itaquiraí	16.919	9
42	Ivinhema	20.583	9
43	Japorã	7.362	9
44	Jaraguari	5.657	9
45	Jardim	23.295	9
46	Jateí	3.808	9
47	Juti	5.358	9
48	Ladário	17.918	9
49	Laguna Carapã	5.813	9
50	Maracaju	30.924	9
51	Miranda	23.026	9
52	Mundo Novo	15.968	9
53	Naviraí	43.404	9
54	Nioaque	15.128	9
55	Nova Alvorada do Sul	12.121	9
56	Nova Andradina	43.508	9
57	Novo Horizonte do Sul	4.967	9
58	Paranaíba	38.692	9

Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

RESOLUÇÃO N.º 383

59	Paranhos	11.101	9
60	Pedro Gomes	8.330	9
61	Ponta Porã	72.206	10
62	Porto Murtinho	14.828	9
63	Ribas do Rio Pardo	19.101	9
64	Rio Brilhante	26.560	9
65	Rio Negro	4.957	9
66	Rio Verde de Mato Grosso	18.586	9
67	Rochedo	4.327	9
68	Santa Rita do Pardo	7.162	9
69	São Gabriel do Oeste	21.052	9
70	Selvíria	6.343	9
71	Sete Quedas	10.659	9
72	Sidrolândia	38.139	9
73	Sonora	12.754	9
74	Tacuru	9.271	9
75	Taquaruçu	3.112	9
76	Terenos	14.391	9
77	Três Lagoas	85.376	10
78	Vicentina	5.610	9

Art. 2.º Ficam convalidadas as portarias eventualmente editadas pelos juízes eleitorais em conformidade com o Ofício-Circular n.º 03/2008/CRIP/SJ/PRE, de 14.5.2008, desde que de acordo com o disposto nesta resolução.

Art. 3.º Sobrevindo qualquer ato normativo que altere os parâmetros e critérios referidos no art. 1.º, este Tribunal Regional Eleitoral proverá a observância das novas regras.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5.º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral.

Em Campo Grande, MS, aos 17 de junho de 2008.

Des. OSWALDO RODRIGUES DE MELO
Presidente

Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

RESOLUÇÃO N.º 383

Des. ELPÍDIO HELVÉCIO CHAVES MARTINS
Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral

Dr. CARLOS ALBERTO DE JESUS MARQUES
Advogado

Dr. ANDRÉ LUIZ BORGES NETTO
Advogado

Dr. DALTON IGOR KIA CONRADO
Juiz Federal

Dr. MARCO ANDRÉ NOGUEIRA HANSON
Juiz de Direito – Membro Substituto

Dr. RUY CELSO BARBOSA FLORENCE
Juiz de Direito

Dr. SÍLVIO PEREIRA AMORIM
Procurador Regional Eleitoral

PUBLICADO DJMS nº 1752
de 19 / 6 / 2009 fls. 373 / 375